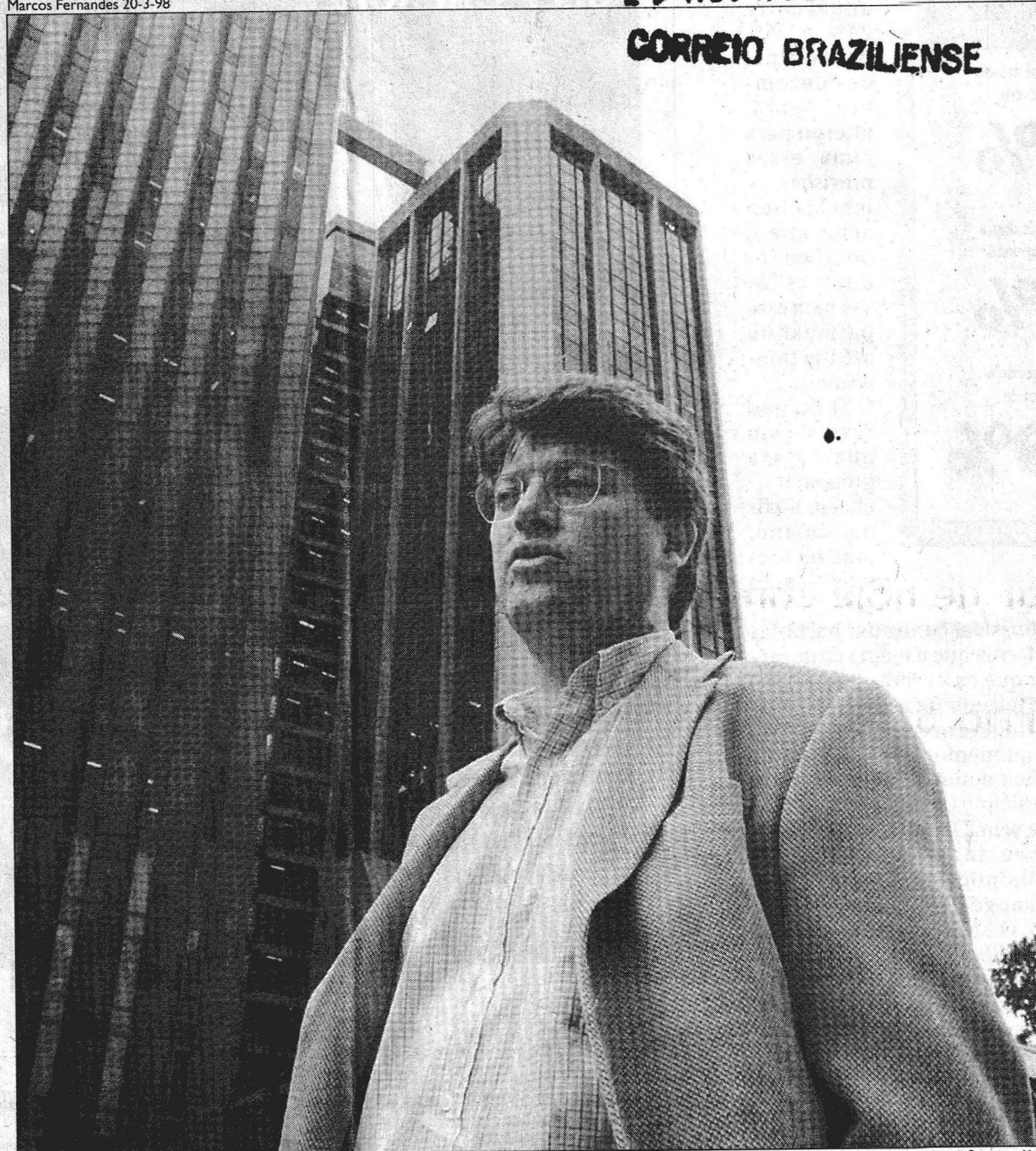


ENTREVISTA

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

Horácio Lafer Piva

São Paulo — Mais uma vez, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, conseguiu irritar os industriais brasileiros. Na semana passada, afirmou que os investimentos no país aumentariam muito nos próximos meses, pois as "empresas estão baratas para qualquer padrão internacional". Na definição de Horácio Lafer Piva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a frase é "criminosa". Piva, 41 anos, o mais novo dirigente máximo da septuagenária Fiesp, descreve como a entidade agirá em seu mandato, iniciado há dois meses: "Por pressão, sem adesão". Ele gosta de Franco, mas não aceita a "obsessão monetarista" que o presidente do BC e o ministro Pedro Malan impuseram ao governo. Para Piva, Franco é um dos responsáveis pela quebra das empresas brasileiras. A política econômica, na sua opinião, está "destruindo" o parque industrial brasileiro, endividando as companhias e desnacionalizando-as. Um exemplo é o setor de máquinas e equipamentos. "Dizer que as empresas brasileiras já estão baratas e então podemos entregá-las mostra que há uma preocupação (do governo) apenas de trazer dólares ao Brasil, sem considerar o nosso patrimônio". Horácio Lafer Piva defende maior desvalorização do real — de 7,4% para 12% ao ano. A medida ajudaria a elevar as exportações, passo fundamental para reequilibrar as contas externas do país. Piva é a nova face de uma Fiesp articulada politicamente e que busca se aliar a parlamentares e outros setores empresariais para a criação do Ministério da Produção.



Piva: "O povo quer que o País melhore, mas essa política econômica não deixa que a gente vá para frente"

Correio Braziliense — Por que o ministério da produção é importante para o Brasil?

Horácio Lafer Piva — Em primeiro lugar, o que este país tem que mudar é a política econômica, o que deveria ser o projeto principal do presidente. O Ministério da Produção é uma maneira de fazer isso. Os empresários estão cansados de ver o Ministério da Indústria e do Comércio ser tratado como um organismo de segunda classe. A nova pasta deverá coordenar o que já existe espalhado por aí, mas não está sendo usado em prol da indústria.

Correio — Que áreas o novo ministério deveria coordenar?

Piva — Ele poderia abranger bancos de desenvolvimento, como o BNDES, Banco do Nordeste, agências como a Sudam, Sudene, e órgãos federais que cuidam da exportação e das aduanas. O setor produtivo tem ficado à margem das grandes decisões por falta de uma interlocução. O ministro da Fazenda é bastante forte e muitas vezes tem posições conflitantes às nossas. A equipe econômica tem talento inegável, mas possui uma obsessão monetarista. Ela faz com que o Brasil tenha um foco muito maior na economia financeira do que na produtiva. O Ministério da Produção não vem com o objetivo de entrar em conflito com a Fazenda, mas para ter um nível de discussão igual com o presidente.

Correio — Quais seriam as prioridades dessa nova pasta?

Piva — Esse ministério poderia ser o foco de uma política industrial para o País. Não defendemos uma política igual a adotada há 20, 30 anos, de substituição de importações, que escolhia os vencedores e os perdedores.

Somos contra protecionismo, subsídio. Queremos uma política industrial moderna, que desenvolva a cadeia produtiva e fortaleça setores mais frágeis. Com a atual taxa de juros (34,6% ao ano), elevada carga tributária e altos custos de exportação, deveríamos aumentar a nossa competitividade. A Câmara do Comércio Exterior (Camex) é muito bem montada. Se estivesse mais ligada com outros segmentos, como o BNDES e o Ministério da Indústria e do Comércio, poderia prestar serviço melhor a esse projeto.

Correio — Quais seriam os setores prioritários dessa política industrial?

Piva — Esse ministério deveria trabalhar sobre nossas vocações regionais, áreas onde temos vantagens comparativas. As micros e pequenas empresas, que têm sido sistematicamente destruídas, deveriam contribuir muito mais. A participação delas no total das exportações é próxima de 6% contra 50% nos países desenvolvidos. No mundo inteiro elas são cada vez mais as maiores empregadoras e têm também a melhor capacidade de adaptação às demandas de exportações. O País exporta 8% do Produto Interno Bruto, quando a média mundial é 20%. Temos setores com vantagens comparativas: papel e celulose, área agroindustrial e muitos outros que deveriam ter o mínimo de isonomia competitiva com os concorrentes do exterior. Lá fora, eles têm acesso a créditos com juros bem mais baixos aos cobrados no Brasil. Talvez a equalização dos juros internos com os externos pode ser um caminho. Queremos trabalhar também com exportação: atacando práticas desleais de comércio, derrubando bar-

reiras técnicas e fito-sanitárias impostas contra nossos produtos.

Correio — É possível estimular as vendas externas sem mexer no câmbio?

Piva — O câmbio é um constrangimento. Não ocorrerá nenhuma alteração do câmbio antes de estar consolidado o ajuste fiscal, o que levará de três a quatro meses. Não descarto uma mudança no câmbio no primeiro semestre de 1999. Não será uma alteração forte, mas gradual. O câmbio é um dos itens que estão na agenda do dia da equipe econômica, sem nenhuma urgência, mas como uma variável que pode ser usada a qualquer momento.

Correio — Ajuste fiscal já surtindo efeito e liberação de parte dos US\$ 41,5 bilhões emprestados ao Brasil pelo FMI e 14 países no primeiro trimestre de 1999. Para o senhor, esse cenário seria oportuno para o governo desvalorizar o real?

Piva — Deveríamos fazer desvalorizações mensais maiores do que as que estamos fazendo e que deverão ficar nos 7,4% em 1999. Temos um problema bem grande: a balança comercial. Ela exigirá uma atenção especial com as exportações, o que passará pelo câmbio. Acredito que 15% seria a razoável medida da nossa defasagem em relação ao dólar. Mas isso depende como é feito o cálculo. Eu não ficaria triste se chegassemos a 12%, 13% ao ano. Provável? Não sei, mas seria exequível, pois ajudaria as exportações.

Correio — Qual é a sua opinião sobre a redução da queda dos juros?

Piva — Fico estupefato. O Brasil vive uma crise de credibilidade e não

de preço. Os recursos não estão saindo porque o Brasil está aumentando os juros. Estamos fazendo um esforço enorme para aprovar um ajuste fiscal, que para o setor produtivo é ruim, pois a CPMF e Cofins acabam gravando nossos produtos. Acredito no restabelecimento da credibilidade do país junto aos investidores internacionais com a queda do déficit público. Porque não baixar os juros mais rápido? Eles deveriam cair hoje para 25% ao ano e ficar em 19% no próximo ano.

Correio — A obsessão monetarista do Ministério da Fazenda, como o senhor disse, levará o Brasil a um período de fraco crescimento nos próximos anos?

Piva — Não tenho dúvida. Precisamos gerar 1,8 milhão de empregos por ano, crescer de 4% a 5% no mesmo período e voltar a ter uma taxa bruta de capital fixo (poupança interna) de 23% a 24% do PIB. Na rota que estamos vamos continuar a ver aumento de impostos e de juros. Isso é muito adequado como medida pontual, num certo espaço de tempo. Porém não serve como política permanente de modo nenhum. Dizem que não é permanente, mas está sendo seguida pelo governo há cinco anos! Estou impressionado com empresas que não conseguem pagar o 13º salário de seus funcionários e resolvem trocar o dinheiro por produtos, fazer escambo. Eu nunca vi uma coisa dessas!

Correio — O senhor concorda com o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que disse recentemente que os investimentos estrangeiros aumentarão nos próximos meses porque as empresas brasileiras estão baratas?

Piva — Eu respeito seu talento, mas de forma nenhuma posso concordar com essa frase que para mim é criminosa. Dizer que as empresas brasileiras já estão baratas e então podemos entregá-las mostra que há uma preocupação (do governo) apenas de trazer dólares ao Brasil, sem considerar o nosso patrimônio.

Correio — Ao deixar de se expandir, o País não entra na perigosa rota da recessão?

Piva — Sim, exatamente. O Plano Real, do ponto de vista de concepção, é brilhante. Ele acabou com a inflação, o mais perverso dos impostos. Esse plano se preocupou muito com a estabilidade, mas se esquece do crescimento. O País produz 80 milhões de toneladas de grãos, o que é colhido na Argentina com metade da área. O Brasil empacou nos US\$ 50 bilhões de exportação, assistiu uma evolução exponencial da dívida pública e vê o desemprego crescer muito. Está claro que os resultados são ruins. Pode até ter diminuído a pobreza, acabou com a inflação, o que foi extraordinário. Mas o preço está sendo muito caro. Há a desindustrialização muito forte em alguns setores como bens de capital. Estamos vendo um processo de desnacionalização muito grande, como no setor de autopeças. Levamos 70 anos para construir essa riqueza, transformamos esse país de uma grande fazenda na década de 20 numa potência fabril nos anos 70 e 80. Ensinamos a América Latina a ser industrial. Temos a sensação de que nosso esforço está escorrendo pelos vãos dos dedos. O povo quer que o País melhore, mas essa política não deixa que a gente vá para frente.